# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. nº 430 / GABI / 2017

Ponte Nova, 27 de junho de 2017.

À Sua Excelência o Senhor

Vereador Leonardo Nascimento Moreira

Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova

Ponte Nova – MG

1/4

ASSUNTO: PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO nº 3.545/2017.

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, para apreciação desta Casa, o seguinte Projeto de Lei:

**PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 3.545/2017** - Altera os artigos 169 e 253 da Lei Complementar Municipal nº 2.058/1995 que instituiu o Código Tributário Municipal de Ponte Nova e altera os artigos  $7^{\circ}$  e 159 da Lei Complementar Municipal nº 3.027/2007 que instituiu o Código Municipal de Posturas de Ponte Nova.

Atenciosamente,

Wagner Mol Guimarães

Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

# PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO $N^{\Omega}$ 3.545 /2017

Altera os artigos 169 e 253 da Lei Complementar Municipal nº 2.058/1995 que instituiu o Código Tributário Municipal de Ponte Nova e altera os artigos 7º e 159 da Lei Complementar Municipal n º 3.027/2007 que instituiu o Código Municipal de Posturas de Ponte Nova.

2/4

Exposição de Motivos

Senhores Vereadores e Vereadoras,

Tendo em vista a importância de melhor atender aos princípios da celeridade e eficiência, propõe-se a presente alteração nos ditames dos artigos 169 e 253 da Lei nº 2058/95 e artigos 7º e 159 da Lei nº 3.027/2007 com o intuito de possibilitar ao município optar pelo protesto das dividas dos contribuintes inadimplentes, consoante os créditos e diretrizes estabelecidos no artigo 166 do Código Tributário Municipal (Lei nº 2058/95).

Considerando que o município é área prioritária para ações de prevenção e combate à Dengue devido constantes incidências de Dengue, e que ações preventivas devem ser constantes, sendo necessário combater os focos de acúmulo de água, locais propícios para a criação do mosquito Aedes aegypti transmissor da doença.

Considerando que a ocorrência de focos do mosquito em lotes vagos e terrenos baldios são uma constante no município, visto que os mesmos se não forem corretamente conservados, mantendo a limpeza e capina constante, representam risco de desenvolverem criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Este Projeto de Lei alterando o artigo 159 da Lei nº 3.027/2007, visa, portanto, garantir melhor agilidade nos processos de ação do poder público perante o proprietário ou possuidor de imóvel que na sua inércia não mantêm a conservação, manutenção e asseio de edificações, quintais, jardins, pátios e terrenos, deixando os mesmos propensos à proliferação de pragas e doenças ou a geração de qualquer forma de perigo à vida humana.

Assim, contamos com a aprovação deste Projeto de Lei de suma importância para a saúde e qualidade de vida da população do município.

Ponte Nova, 27 de junho de 2017.

agner Mol'Guimarães efeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS Protocolo N° 57/2017 PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 3.545/2017 Altera os artigos 169 e 253 da Lei Complementar Municipal nº 2.058/1995 que instituiu o Código Tributário Municipal de Ponte Nova e altera os artigos 7º e 159 da Lei Complementar Municipal nº 3.027/2007 que instituiu o Código Municipal de Posturas de Ponte Nova.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 169 e 253 da Lei Municipal nº 2.058/1995 que instituiu o Código Tributário Municipal de Ponte Nova passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.169. A cobrança da divida ativa tributária do Município será procedida:

I - (...)

II- (...)

III - Por inclusão de devedor no Cadastro de Órgãos de restrição ao crédito, inclusive protesto perante o Tabelionato.

Parágrafo único. As três hipóteses a que se refere o caput deste artigo são independentes uma da outra, podendo o fisco providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida.

"Art. 253. As decisões definitivas serão cumpridas:

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - (,,,)

V – pela imediata inscrição como divida ativa e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos acima se não satisfeito o prazo estabelecido, sem prejuízo do disposto no artigo 169, inciso III, deste Código.

Art. 2º Os artigos 7º e 159 da Lei Municipal nº 3.027, de 22.01.2007, que institui o Código Municipal de Posturas, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7° A multa, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, poderá ser inscrita em dívida ativa e judicialmente executada consoante disposto no art. 31-A da Lei nº 2.058/1995, se o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal, sem prejuízo do disposto no artigo 169, inciso III, da Lei Municipal n° 2.058/1995.

Art. 159. Ao serem notificados pelo Município a executar as obras ou os serviços necessários, os proprietários ou possuidores a qualquer título que não atenderem à notificação preliminar ficarão sujeitos às medidas seguintes:

I - ....

II - ...

III- ...

IV- ...

V- ....

VI - ...



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

VII - havendo necessidade de o Município executar os serviços, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SEMASH) poderá fazer a contratação de pessoal para frente de trabalho, conforme disposto no inciso II deste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, 27 de junho de 2017.

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal
ernando Antônio de Andrade

Secretário Municipal de Governo

À Comissão de Finanças, Legislação e Justiça Sala das Secence, 29/06/2011

Presidente

À
Comissão de Serviços Públicos Manichasis
Sala das Sessões, ਦੁਤ / 06 / 2017
Presidente

A
Comissão de Orçamento e Tomado de Contas
Sala das Sessões, 5 06 1001

Presidenta